

Calmon de Sá defende renegociação política da dívida brasileira

por Waldo Nogueira
de Salvador

O pronunciamento feito em Nova York pelo presidente José Sarney, que reclamou novas condições para a renegociação da dívida externa brasileira, foi considerado oportuno, ontem, em Salvador, pelo presidente da diretoria executiva do grupo Econômico, Angelo Calmon de Sá. Foi um pronunciamento coerente com o que o presidente vem afirmando desde que tomou posse e também com a linha de pensamento de Tancredo Neves, conforme Calmon de Sá.

Concordando sempre com Sarney, Calmon de Sá disse que a capacidade de sacrifício da nação brasileira "está praticamente no limite, se já não chegou ao limite". Basta ver que o Brasil teve crescimento negativo nos últimos três anos e a renda per capita sofreu queda real.

Por isso, o presidente do Econômico concorda em que a introdução de um ingrediente político na renegociação da dívida brasileira mostra-se agora necessária, pois o País tem necessidade de retomar o crescimento. "Hoje não é possível servir a dívida se não houver crescimento da economia e das exportações, mesmo porque a dívida também cresce", observa Calmon de Sá.

Ele diz ainda que é preciso equacionar o problema da dívida de modo que se evite uma eventual volta à estaca zero. Há, conforme Calmon de Sá, três variáveis que podem inviabilizar qualquer programa de saneamento econômico. Essas variáveis são os comportamentos dos preços do petróleo, das taxas externas de juros e das economias dos países industrializados.

O México, por exemplo, fechou há menos de três meses um contrato de renegociação plurianual e tudo



Angelo Calmon de Sá

já está praticamente inviabilizado devido à baixa acentuada nos preços do petróleo. O terremoto só veio complicar ainda mais a situação.

MECANISMOS DE DEFESA

Para se evitarem eventuais acidentes de percurso, relacionados com variações acentuadas nas taxas de juros, nos preços do petróleo e no comportamento das economias dos países industrializados, haveria, segundo Calmon de Sá, necessidade de criação de mecanismos automáticos de defesa. Uma saída já aventada por autoridades e banqueiros norte-americanos seria uma participação mais expressiva do Banco Mundial nas renegociações e no financiamento de países endividados.

Calmon de Sá adverte, contudo, que as possíveis mudanças no relacionamento com banqueiros e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não dispensarão os países endividados do compromisso de trabalhar para por a casa em ordem. "Os compromissos devem ser sérios e factíveis". Na prática, observa o presidente do Econômico, "o País precisa eliminar o fantasma da dívida externa, que afasta os investidores nacionais e internacionais."